



**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

**Considerando que:**

- A CCDR-C emitiu, em 07-08-2007, a licença de utilização do domínio hídrico para construção n.º 201/07, para que a sociedade requerente e beneficiária pudesse ocupar uma parcela de 2.091 m2 de Domínio Público Marítimo, para a construção de dois armazéns destinados a recolha de sal, no Cais da Ribeira, freguesia e concelho de Ovar.

- A sociedade requerente e beneficiária da referida licença foi declarada insolvente, por sentença devidamente transitada em julgado e proferida no âmbito do processo n.º 305/13.0T2AVR, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro, no Juízo de Comércio de Aveiro – Juiz 3.

- No âmbito de tal processo de insolvência, a concessão de bens de domínio público marítimo, corresponde aos dois armazéns supra referidos, foi desafetada da massa insolvente e voltou à plena titularidade estatal.

- A indústria e exploração do sal é muito importante para o nosso país e para a região de Ovar, sendo certo que se a atividade salineira não for impulsionada e valorizada corre sérios riscos de desaparecer, o que representará uma importante perda, principalmente, a nível cultural e ecológico.

**Assim:**

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro do Ambiente, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

**O Ministério do Ambiente, através da APA, pretende manter aquela Concessão de Bens de Domínio Público Marítimo? Se sim, qual será o procedimento a adotar para a atribuição de nova concessão e para que atividade?**

Palácio de São Bento, 4 de outubro de 2017

Deputado(a)s

JOÃO PINHO DE ALMEIDA(CDS-PP)  
ANTÓNIO CARLOS MONTEIRO(CDS-PP)  
ÁLVARO CASTELO BRANCO(CDS-PP)  
PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)  
ILDA ARAÚJO NOVO(CDS-PP)